

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

A “PARAHYBA” REPUBLICANA: EXPERIÊNCIA DA PROVÍNCIA NO ALVORECER
DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)

CLEYSON PINHEIRO BEZERRA

CAMPINA GRANDE

FEVEREIRO, 2023

CLEYSON PINHEIRO BEZERRA

A “PARAHYBA” REPUBLICANA: EXPERIÊNCIA DA PROVÍNCIA NO ALVORECER
DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade Acadêmica de História, da
Universidade Federal de Campina Grande,
como parte dos requisitos necessários para
obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa
de Souza

CAMPINA GRANDE

FEVEREIRO, 2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLEYSON PINHEIRO BEZERRA

A “PARAHYBA” REPUBLICANA: EXPERIÊNCIA DA PROVÍNCIA NO ALVORECER
DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de História, da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovado em: 17 de Fevereiro de 2023

Antônio Clarindo Barbosa de Souza

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Orientador - UFCG

José Pereira de Sousa Júnior

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Junior
Membro da Banca - UPE

Ivandro Batista de Queiroz

Prof. Msc. Ivandro Batista Queiroz
Membro da Banca

CAMPINA GRANDE

FEVEREIRO, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado essa oportunidade e forças para conquistar mais uma vitória em minha vida.

A minha família, em especial, aos meus pais Leonardo Araújo e Maria do Socorro, por tudo que fizeram por mim e por meus irmãos, “amor incondicional”.

Aos amigos, pela ajuda e paciência durante todos esses anos acadêmicos.

Ao Professor Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, orientador deste trabalho, pelos conhecimentos, assistências transmitidas e por ser referência profissional para mim.

A todos os professores do Curso Licenciatura em História da Universidade Federal Campina Grande, pelos conhecimentos adquiridos durante o curso.

A todos os colegas do Curso, em especial, Erica Melo, Jessica Norberto, Mariana Gomes e Emanuel Messias.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a criação deste trabalho e a minha formação profissional.

Agradeço a todos!

*Não se opor ao erro é aprová-lo, não defender a
verdade é negá-la.*

São Tomás de Aquino

RESUMO

A Proclamação da República no Brasil aconteceu em 15 de novembro de 1889, pondo fim à Monarquia brasileira. Diante disso, muitas lacunas ainda são perceptíveis no debate sobre o tema, um deles está relacionado à participação dos estados, províncias, na construção da mudança do regime de governo. A partir disso, este trabalho busca apresentar e explicar, por meio de pesquisa bibliográfica e em arquivos de jornais da época, como a Província Paraíba atuou na construção da República, apresentando personagens, circulação de ideias, recepção e consequências. Aborda-se como o país vivenciou diferentes projetos de Repúblicas e como a província da Paraíba comportou-se quanto às construções desses ideais. Esta proposta articula-se entre a "história política" e a "história social", usando de conceitos mobilizados por Thompson, Chartier e Remond. Conclui-se que na experiência paraibana muitos intelectuais foram cruciais para construção de uma ideal republicano. Paraibanos que atuaram diretamente nos espaços políticos que permeiam a República, ao mesmo tempo que no território paraibano, jornais passavam a divulgar as ideias republicanas e procuravam convencer a população da necessidade de um novo modelo.

Palavras-chaves: republicanismo; República na Paraíba; imprensa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: DISCUTINDO A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL.....	14
2.1 O 15 novembro de 1989, uma leitura tradicional	14
2.2 Novos olhares sobre a Proclamação da República	16
2.3 O revisionismo histórico e sua busca por uma nova história	21
3. AS IDEIAS REPUBLICANAS NA PROVÍNCIA “PARAHYBA”	23
4. RECEPÇÃO E REPERCUSSÃO: A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NA PARAÍBA.....	32
4.1 A repercussão da República no Jornal Gazeta do Sertão	36
4.2 Presença de intelectuais e políticos paraibanos no ideário republicano.....	40
4.3 Algumas repercussões republicanas na Paraíba	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

A Proclamação da República no Brasil aconteceu em 15 de novembro de 1889, pondo fim à Monarquia brasileira. Desde esse período, fala-se da tão decantada decepção com a República brasileira, logo nos seus alvares, já que durante toda a década de 1880 foram construídos sonhos, idealizadas Repúblicas como às europeias. Os acontecimentos mostraram uma profunda decepção, as diferentes correntes dos pensamentos republicanos foram suprimidas ou enganadas.

Cabe lembrar sobre as diferentes ideias de República para o Brasil, entre 1888 e 1889, pelo menos três correntes republicanas disputavam pela implantação de seu projeto político no Brasil: o liberalismo, o jacobinismo e o positivismo.

Os liberais foram ala vitoriosa com a Constituição de 1891, inspirada na experiência norte-americana. A grande parte deste grupo era composta por cafeicultores vinculados ao Partido Republicano, fundado em Itu (SP) no ano de 1873, além de classes proprietárias do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Este projeto apresentava como mote a implantação de uma República federalista, com o sistema bicameral (ou seja, duas câmaras legislativas). Não almejava uma efetiva participação popular.

Já os positivistas, ala composta, principalmente, por militares e setores do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, adeptos das ideias de Auguste Comte, não saíram vitoriosos em seus projetos, no entanto suas ideias de separação de Igreja e de Estado e imposição do lema “ordem e progresso” na Bandeira Nacional foram as vitórias da ala.

A corrente republicana minoritária era tida pelas demais como radical e por isso denominada de “jacobina”, em referência aos revolucionários mais enérgicos da Revolução Francesa.

Nesse sentido, as diferentes ideias passaram por um intenso processo de negociação, em que vigoraram um novo momento para os intelectuais e os políticos brasileiros, após o termo “República” permear o pensamento da sociedade da época, como descreve Maria Tereza Chaves de Mello:

Entre as discussões dos tempos inaugurais do Estado brasileiro e o momento da autonomia do termo República, vieram à tona, entre outros fatos, o *Manifesto Republicano*, partidos republicanos, jornais republicanos e, o que é de especial relevância, ampliou-se uma nova cultura pela sociedade brasileira letrada, uma cultura democrática e científica, na qual o regime republicano estava inscrito como uma inevitabilidade histórica (MELLO, 2011).

Dessa maneira, o movimento republicano passou por uma expansão nacional em que diferentes pensadores e políticos discutiram e construíram a República. A Província Paraíba, nesse sentido, contribuiu efetivamente com as discussões promovidas por vários pensadores.

O tema que permeia a problemática desta pesquisa é a experiência da República na então Província da Paraíba, enfatizando a trajetória de personalidades paraibanas na construção de um ideal republicano nacional, situado em uma abordagem nas estreitas relações entre intelectuais e políticos. Nota-se que a Província Paraíba foi excluída das principais obras que abordam os estudos sobre República no Brasil. Além disso, é importante contextualizar como o país vivenciou diferentes projetos de Repúblicas e como a Província Paraíba comportou-se quanto às construções desses ideais.

Portanto, são objetivos deste trabalho: discutir a experiência republicana vivenciada na Paraíba durante o ano de 1889; analisar a participação de paraibanos na organização, criação e divulgação de ideias republicanas; e contextualizar sobre a circulação das visões de projetos de República que estavam em construção durante aquele período. Além disso, também é pretensão da pesquisa: analisar, identificar e refletir sobre o percurso historiográfico da Proclamação da República no Brasil, explicando o acontecimento da Proclamação que já passou por várias revisões historiográficas; apresentar os diferentes políticos e intelectuais paraibanos que discutiram e contribuíram para consolidação de projetos republicanos, indicando as principais vertentes políticas e ideias inseridas na linguagem republicana dos divulgadores na região; apresentar o viés republicano que circulou na província, enfatizando a entrada, a recepção e as consequências a partir da chegada desse ideário.

Deseja-se, nesta perspectiva, inserir o contexto político/intelectual da Província Paraíba entre os estudos que compreendem a pluralidade do movimento republicano. O republicanismo teria chegado até a Província da Paraíba? Quem seriam os pensadores paraibanos que contribuíram para esses ideais? E, ainda, como se reorganizou a elite política/intelectual quanto aos diferentes projetos republicanos? Os projetos republicanos contribuíram para os acontecimentos da Proclamação da República?

Discutiremos, portanto, a experiência republicana da província, indagando quais foram as contribuições feitas pelos republicanos da Paraíba com referência a temas caros ao movimento republicano nacional, como o federalismo, a representatividade e a democracia. Para tanto, faz-se necessário relembrar os principais momentos do movimento em âmbito nacional e destacar como esses elementos foram discutidos dentro do movimento republicano das províncias em que a ideia conseguiu maior adesão, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo.

Observou-se que a maior participação era dos políticos residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo; algumas lideranças de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul opinavam à longa distância, sem, porém, acreditarem num desenlace tão rápido. Em muitos Estados a preocupação maior visava os próximos esforços eleitorais entre conservadores e liberais. Dessa forma, na Paraíba, a maioria dos autores registra o total desconhecimento do movimento. Edgard Carone (1977) escreve: *“As notícias sobre a proclamação da República chegam a Paraíba num clima de total indiferença, pois não existe no Estado nenhum movimento republicano”* (p. 42). Horácio de Almeida (1978) confirma: *“A República chegou à Paraíba sem ter quem a recebesse”* (p. 207).

A metodologia adotada neste trabalho será a explicativa. Realizaremos a releitura de artigos relacionados à República na Paraíba e no Brasil, fazendo análise das teses relativas ao período pesquisado. Serão analisados jornais da época, publicações, conteúdo dos textos publicados, diferentes matérias sobre representantes paraibanos e momentos de relevância da construção da República no Brasil. Além disso, apresentaremos divulgações de ideias e projetos republicanos publicados na imprensa da época. Faremos uso da pesquisa documental dos arquivos que se encontram na Biblioteca Nacional e nos arquivos dos jornais: Gazeta do Sertão e Gazeta da Parahyba. Por intermédio dos jornais, buscaremos compreender o pensamento dos intelectuais da época e suas divulgações de ideias, além de identificar quem eram os agentes paraibanos que contribuíram para um governo republicano. Entenderemos como esses diferentes intelectuais e políticos da Paraíba estiveram posicionados no Brasil e colocaram a Província Paraíba como um importante centro de ideias republicanas.

Ademais, o trabalho está sustentado em um aporte conceitual da Nova História Política, corrente que busca romper com a história dita “positivista”, pautada na história da nação, dos grandes homens, políticos, reis etc. O novo conceito de história política aborda a pluralidade de temas, fatos e observações, além de ser indisciplinar às novas configurações conceituais que promovem uma maior análise aos objetos, dessa forma, temas que foram

abordados por diferentes autores serão revisitados com outros olhares, nos quais poderão enfatizar outras leituras.

Remond (2003) argumenta sobre essa nova forma de entender a história, enfatizando que o aspecto político passa a explorar muitas realidades da sociedade:

[...] Praticamente não há hoje muitas realidades de nossa história que a história política não tenha começado a explorar, desde classes sociais até crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa (REMOND, 2003, p. 36).

Nesse mesmo sentido, contribuí para compreender os laços entre política e o meio social, o historiador britânico Thompson, que argumenta no sentido de conectar questões sociais aos fatos políticos: “[...] no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como política), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não ocorrem atrás dos econômicos após longa demora; estão na sua origem, imersos no mesmo mexo relacional [...]” (THOMPSON, 2001, p. 167).

Nota-se que a compreensão de eventos político atrelados a questões culturais e sociais de uma época e de um determinado local são fundamentais para uma compreensão dos objetos analisados. Sendo assim, Chartier (1990) afirma que é crucial para entender recepção, ou seja, a chegada de ideias e suas repercussões, como os jornais que levavam informações sobre a República.

Recepção corresponde ao fato dos leitores apoderarem-se dos discursos, das visões sobre a realidade, o que resulta em novas visões do mundo e de si mesmo. Ademais, o historiador considera que o sujeito que se apropria do discurso não é “sujeito universal”, mas um sujeito situando historicamente, isso significa dizer que receber ditas informações, deve-se observar questões relacionadas ao espaço e época em que tais informações circulam (CHARTIER, 1990).

Contudo, os conceitos mobilizados pela historiadora Emília Viotti da Costa, em seu livro: *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (2007), são utilizados na construção deste trabalho, já que essa historiadora revisita o fato histórico da Proclamação da República

para considerar novas abordagens. Verifica-se o conceito de classes sociais, contextos econômicos e políticos para compreender o desenrolar da Proclamação da República.

Em razão da falta de estudos e abordagem sobre a atuação de paraibanos na construção da República, além de muitas obras que discutem República no Brasil pontuarem que a Paraíba não participou dos debates e construção da República no Brasil, esta pesquisa se faz necessária para demonstrar a participação da Paraíba durante o processo de construção dos ideais de República no país. Mesmo com algumas pesquisas no meio universitário com explícita preocupação analítica, que tratam da época da implantação do regime republicano no Brasil, apenas, tangencialmente, como introdução ao estudo de conjunturas políticas posteriores ou, então, a respeito de aspectos da história econômica do período, essas fontes não abordam toda dinâmica e efetiva participação da construção da República em diferentes estados. Faz-se necessário, portanto, retomar as pesquisas sobre a história política do início do período republicano na Paraíba, não só com a perspectiva de tirá-la do isolamento em que quase, exclusivamente, ela aparece, mas, também, de não limitar com "análises estruturais" que eliminam a possibilidade de intervenção real dos sujeitos, historicamente, determinados no curso dos acontecimentos.

Diante disso, torna-se importante visualizar como grandes nomes de paraibanos estiveram ligados com grupos e movimentos republicanos, além de uma participação efetiva na divulgação dessas ideias, durante o século XIX. A seguir, aborda-se o percurso historiográfico sobre a Proclamação da República, seguindo da apresentação da chegada das ideias no território paraibano e posteriormente recepção e consequências.

2. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: DISCUTINDO A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL

2.1 O 15 de Novembro de 1889: uma leitura tradicional

Os registros acerca da proclamada República esclarecem que o movimento foi consolidado no dia 15 de novembro de 1889, pondo fim ao regime monárquico e dando origem à República brasileira. Essa data representa um marco na história do Brasil e é relembrada todos os anos, tornou-se um feriado nacional e vários setores da comunidade civil festejam a data.

Penetra no imaginário coletivo a simbolização do acontecimento, mesmo sem compreender muitas vezes do que se trata essa festa ou, até mesmo, como de fato aconteceu. O coletivo, a partir dessa e de outras datas, como; Independência do Brasil e Chegada dos portugueses, criaram símbolos responsáveis pela construção de uma identidade nacional.

Na historiografia tradicional, o 15 de Novembro representa a ruptura de um modelo de governo e, conseqüentemente, ascensão de outro. Nessa visão, os personagens Aristides Lobo, Sólton Ribeiro, Quintino Bocaiúva, entre outros, aparecem como os grandes nomes do processo. Foram esses sujeitos que mantiveram um debate avançado sobre a derrubada do governo e construção de um espaço para efetiva solidificação da República.¹

Alguns acontecimentos que antecedem a queda da Monarquia são usados para contextualizar e dar o sentido à Proclamação da República. A Guerra do Paraguai é um desses acontecimentos. Tanto o resultado da guerra, como os gastos durante o conflito provocaram um descontentamento entre os militares e a população em geral. Os militares, após o fim da guerra, reivindicavam melhores salários, discutiam sobre as melhores condições de trabalhos.

Cafeicultores e Igreja encabeçam a outra parte das situações apontadas como responsáveis pelo movimento. A pauta abolicionista é um dos pontos que ocasionou grande ressentimento nos aristocratas do café.

Todos os ideais que circulavam na época ganharam grandes forças com a situação que se encontrava o Brasil. O positivismo de Augusto Comte ganhou espaço entre os militares e a ideia de uma nação federalista crescia em vários lugares, assim, mostra-se cada vez mais forte o sentimento de mudança.

¹ GEORGE C. A. Boehrer. Da monarquia à República: história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889), pp. 31-40.

Os fatos seguem com uma crise política extrema, enquanto Visconde de Ouro Preto² já se mostrava enfraquecido e incapaz de resolver a situação. Desse modo, os nomes importantes da República reúnem-se com Marechal Deodoro da Fonseca e uma junta de militares, constituindo o movimento. Logo em seguida, Deodoro prepara um levante militar, em 15 de novembro, cercando o Gabinete Ministerial, destituindo Visconde de Ouro Preto do cargo que ocupava. Assim, foi proclamada a República, como conta a historiografia tradicional.³

Em seguida, foi criada uma resistência por parte do Conde d'Eu, buscando restaurar o gabinete do imperador, essas ações não tiveram nenhum efeito e a Monarquia já estava, definitivamente, derrubada. A família real de imediato foi expulsa do Brasil e partiu para a Europa. Para governar o Brasil, já uma República, foi criado um governo provisório, composto em sua maioria por militares, Deodoro da Fonseca tornou-se o primeiro presidente republicano da história política do país.

Esses aspectos gerais muito representam o entendimento da República no Brasil, no entanto, nos últimos anos, nota-se uma diversidade de abordagens, ocupando os diferentes espaços das pesquisas históricas, reescrevendo páginas da história nacional, atualizando de novos conceitos, outras metodologias, ideologias, apresentando novos sujeitos e contextos que revisam os fatos conhecidos.⁴

2.2 Novos olhares sobre a Proclamação da República

Ao compreender leituras tradicionais sobre a Proclamação da República, visualiza-se percepções construídas sobre um fato, que são de importante consideração, uma vez que essas interpretações retratam um pensamento da época, da compreensão e testemunho deste

² Ouro Preto foi um monarquista convicto, político de carreira, ocupou diversos cargos sobre o governo imperial, no momento do golpe era chefe do Gabinete Imperial, algo semelhante a primeiro-ministro. Muitas críticas da época voltavam-se ao Visconde, criticavam-no por ser o grande responsável pela perseguição ao exército, que criou a divergência entre Império e Forças Armadas.

³ LACERDA, Paulo Gomes. O que realmente aconteceu na Proclamação da República. *Jornal dos Amigos*, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://www.jornaldosamigos.com.br/historia.htm>. Afirma o autor: “relatos históricos hoje melhor conhecidos contam que, naquele confuso dia de 1889, comandando algumas centenas de soldados pelas ruas do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, o marechal Deodoro da Fonseca, tido como fiel a D. Pedro II, pretendia com sua movimentação apenas derrubar o então chefe do Gabinete Imperial (equivalente hoje ao cargo de primeiro-ministro), o Visconde de Ouro Preto, que, por sua postura liberal, desagradava aos militares conservadores. Tanto assim que, à frente da tropa, sua primeira saudação em alta voz foi “Viva sua majestade, o Imperador”, e não uma saudação à república, instituição que surgiria oficialmente poucas horas depois”.

⁴ Observa-se transformações na historiografia ao longo dos anos, inicialmente nas décadas 30-40 do século XX, décadas de 80-90 e o século XXI.

acontecimento. Busca-se travar olhares que envolvam quadros econômicos, sociais e institucionais, aliado com as ideias em voga, para conceber uma visão ampla dos acontecimentos.

É interessante mencionar que fontes, as quais registram o passado, passaram a ser revisitadas, outras leituras são consideradas e novas problematizações aplicam-se às perguntas que necessitam de respostas sobre um acontecimento. Percebe-se que reflexões acerca dos espaços de mulheres, negros, classes subalternas, têm representado um novo viés. Portanto, aspectos de gênero, identidade e sociabilidades implicam em discussões no campo historiográfico de registros que, aparentemente, tinha um único ponto de vista consolidado.

Com base nisso, Emília Viotti (2007) explora com grande propriedade todas as mudanças advindas das transformações, têm sua parcela social, política ou revolucionária. É preciso analisar até que ponto cada fato histórico tem seus significados e suas parcelas de cada grupo, até que ponto ele era ou deixou de ser a ideia inicial. São essas reflexões que configuram um exercício necessário para compreensão histórica dos fatos.

Nesse sentido, a Proclamação da República é tema que mobiliza e circula. E em torno do qual diversas ideias, diversas correntes concebem interpretações do mesmo fato. Isso a partir do lugar que esse sujeito ocupa, sendo crucial entender as especificidades do lugar do perdedor ou vencedor, até mesmo do ponto de vista de uma ocupação ideológica.

Quando tratamos de perceber os republicanos e suas visões sobre a Proclamação da República, fica clara uma forte crítica à instituição monárquica. Eles exploram a ideia dessa Monarquia como uma instituição isolada na América Latina e daí a necessidade de mudar esse cenário. Além disso, fortes críticas são travadas contra a administração do governo monárquico, crítica a uma política centralizada e autoritária, com afirmações sobre corrupção, violência, injustiças e alheia ao interesse do povo.

Por contrário, os monarquistas conservavam outra concepção sobre esse mesmo fato. Estes valorizavam o império e criminalizavam os atos e atitudes dos republicanos. A Monarquia assume uma ideia de qualidade, enquanto a República um movimento sangrento e de poucos.

Outros testemunhos, como fez Max Leclerc (1942), um turista francês que observou os fatos da instauração da República, descrevem:

A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la, mas aconteceu que os que fizeram a revolução não tinham de modo algum a intenção de fazê-la e há atualmente na América um presidente da República à força. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil. Era contra Ouro Preto e não

contra a Monarquia. A Monarquia caíra. Colheram-na sem esforço como um fruto maduro (LECLERC, 1942).

Essa visão significa, dentro de uma mesma temporalidade, um sentido particular, uma vez que uma figura alheia aos fatos constrói uma crítica sobre o movimento, de forma imparcial, sendo fundamental às diferentes leituras para a compreensão dos acontecimentos.

Prado Júnior (1949) divulga novos caminhos historiográficos ao aplicar uma nova interpretação dos processos históricos brasileiros, rompendo com as visões tradicionais. O autor articula conceitos contrários à glorificação das classes dirigentes, ou seja, assume de forma pioneira um olhar para o aspecto social e, através desse ponto, busca tecer uma escrita histórica sobre o movimento republicano.

Observando o pensamento trazido por Prado Júnior, Emília Viotti (2007) enaltece o trabalho do pensador e a considera como importante para compreender esse acontecimento, sendo assim, aborda Viotti sobre Caio Prado Jr.:

Caio Prado Jr. rejeitou as explicações tradicionais. A República não foi uma reação contra os excessos do Poder Pessoal, como se afirmou muitas vezes. A política do imperador sempre fora o reflexo das “forças que atuavam no seio da sociedade”. Nesse caso, a principal razão da queda da Monarquia foi a inadequação das instituições imperiais ao progresso do país (VIOTTI, 2007, p. 490).

Torna-se evidente que o pesquisador abriu uma perspectiva sobre a interpretação da história do Brasil, configurando em uma leitura pautada pela discussão de questões nacionais e da modernização do Brasil, ou seja, o tema social, econômico e político compõe o conjunto de análises. Portanto, as novas pesquisas historiográficas a respeito da Proclamação da República consideram as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país.

Destaca-se como o tema da Proclamação supera os registros da história tradicional, aqueles que enfatizam esse registro como a consolidação de um golpe militar, orquestrado por um grupo de políticos, com influências positivistas e com muitos interesses particulares, além de excluir a população no desencadear dos eventos. Essa visão é fortemente criticada.

Essas críticas, que podem ser notadas tanto em Caio Prado Jr. (1947) e Emília Viotti (2007), remontam às muitas histórias que narram a Proclamação da República, obviamente, os monarquistas têm uma visão pautada na armação de militares com fazendeiros ressentidos com a abolição da escravidão. Por outro lado, os republicanos denunciavam os vícios do regime monárquico: abusos de poder, centralidade, fraudes eleitorais, entre outros, como já pontuado.

Por essa razão, Emília Viotti (2007) considera o contexto: social, político e econômico, abrangendo o campo de análise. A pesquisadora elabora um revisionismo sobre os fatos, pautado, sobretudo, nas transformações que passavam o país, como a decadência das oligarquias rurais, abolição, imigração, processo de industrialização e urbanização.

Essas transformações sociais impactaram na própria mentalidade da população. Por trás disso, tais classes sociais desenham um papel importante no movimento da Proclamação, como, por exemplo: a unidade da classe média como membros da classe rural. Fica evidente como o processo que levou à Proclamação da República passou por influências de cunho político e social, além da atuação direta das classes urbanas no desenho do evento político.

Voltando aos eventos anteriores, as transformações econômicas e sociais têm grande contribuição do reinado de Pedro II (1840-1889), com obras públicas, a exemplo de nove mil quilômetros de estradas de ferro, modificando o transporte e produção no país. O capitalismo foi o gerador das primeiras indústrias, provocando as primeiras transformações econômicas na sociedade. Ademais, o trabalho escravo deu lugar ao livre, os recursos do país aumentaram em 11 milhões no período de 58 anos, tais relações econômicas promoveram a sociedade, sobretudo, no processo de urbanização. Por outro lado, novos grupos sociais passaram a desempenhar diferentes papéis na sociedade como mais uma frente na construção da República.⁵

Considerando essas questões, abolição da escravidão é um fator importante de transformação, em seu sentido econômico e social, que derrubou a estrutura colonial de produção predominante por anos, tanto a República como a abolição são consequências das mudanças econômicas e sociais pelas quais passavam o Brasil, portanto, uma alimentou a outra em seu objetivo de chegada.

A questão religiosa apresenta-se como um outro fator de discussão, sobretudo no que se refere à atuação da igreja, desmistificando a ideia de que a religião teve grande impacto, já que a República parecia ser inimiga da igreja. O que se sustenta é a ideia de que a igreja não era unânime ao criticar a República ou o contrário, embora os debates entre separação do poder religioso e civil sustentaram o apoio à implantação da República.

O partido republicano, o exército e o mito do Poder Pessoal são partes das questões que envolvem os adventos da República. A força do partido republicano só teve êxito com o fracasso da organização política por parte da Monarquia, além de um longo processo de divulgação dos ideais no país, assim como o exército, marcado pelo grande acesso ao

⁵ Ver Liberato de Castro Carreira (1889), História financeira e orçamentária do Império do Brasil, vol. II.

pensamento positivista que foi introduzido nas bases da organização, o que, certamente, uniu forças para restauração do poder republicano. Por fim, o mito do Poder Pessoal teve grande impacto, considerando que os monarcas não tinham todo o poder que era pregado, pelo contrário, muitos interesses e negociações políticas faziam o poder, mostrando que o monarca não exercia um Poder Pessoal tão extenso e discricionário, como ditador.

Parte de todo esse resultado está atrelado ao movimento republicano, com base no Rio de Janeiro, São Paulo e mais tarde em várias partes do país. O movimento passava a atrair fazendeiros descontentes com o governo imperial, formava-se uma sociedade mais urbana, outras ideias passaram a fazer parte do programa republicano, atraindo novos intelectuais e ideais.

Considerando esses eventos que desenham as sucessões de fatos que desencadearam a Proclamação da República, Emília Viotti (2007) argumenta:

A proclamação da República é o resultado, portanto, de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação contribuíra para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão. [...] Na análise dos acontecimentos históricos, entretanto, é preciso ir além dos fenômenos aparentes, que são observados e registrados pelos contemporâneos. As grandes transformações que subvertem a estrutura econômica e às vezes silenciosas e passam despercebidas aos olhos dos contemporâneos, ou são vistas de maneira parcial e deformada. (VIOTTI, 2007, p. 451 - 452).

Observa-se que as análises sobre República necessitam seguir horizontes além das imagens consolidadas. Através desses inúmeros episódios, podemos fazer uma leitura dos acontecimentos que envolveram o 15 de Novembro de 1889. Esse acontecimento teve início bem antes do fato em si, passou por um longo processo de construção na sociedade, em que a mentalidade do povo foi sendo moldada e transformada. Com base nisso, para compreender os fatos em si, é preciso considerar os contextos que envolvem os episódios, procurar na periferia dos fatos os diferentes motivos que os envolve.

A própria argumentação de golpe militar é a constatação de uma nova visão sobre o tema, um novo olhar que diverge das visões no contexto dos fatos. Nessa perspectiva, Celso Castro, em seu livro *A Proclamação da República* afirma: “O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes [...]” (CASTRO, 2000, p. 61-62). O autor corrobora com a ideia de afirmação de golpe orquestrado por militares, já que esses encabeçaram o

movimento, enquanto os civis não participaram dos fatos em si, ficando à parte da tomada do poder.

Nesse contexto, a historiografia buscou ampliar as visões sobre os fatos, atribuir novos elementos e construir outra visão sobre tais episódios. Esse exercício é fundamental para acompanhar as mudanças que envolvem o campo das ciências humanas, no qual novas problematizações e conceitos surgem. Transformam-se as formas de pensar sobre esse acontecimento. Diante disso, Castro (2000) esclarece sobre a importância desse fato e como ele representa um marco na formação sociológica sem precedentes na nação brasileira:

[...] o fácil sucesso do golpe republicano coloca algumas armadilhas à nossa percepção histórica do evento. Poderíamos imaginar que a República era inevitável, uma etapa necessária da evolução da sociedade brasileira. Também seria fácil pensar que os principais protagonistas do movimento [...] atuaram de forma unida e coesa. Se assim tivesse sido, seria fácil explicar a falta de reação por parte do governo e o modo indiferente com que a maioria da população assistiu aos acontecimentos (CASTRO, 2000, p. 8).

Essa visão é crucial para o entendimento dos fatos, uma vez que a historiografia tradicional buscou amenizar os significados da Proclamação da República, considerando como um fato isolado e sem profundidade, algo inevitável de acontecer. As observações que Castro (2000) apresenta significam repassar sobre um fato e escrever sobre este com outro olhar.

Renato Lessa (2019) aponta considerações sobre a instalação da primeira República:

República proclamada veio ao mundo dos vivos como questão de fato. Não traiu suas promessas. Não destruiu expectativas utópicas. Antes o contrário, o republicanismo das décadas finais do Império caracterizaram-se por notável investimento contra utópico e realista. O tema do federalismo, posto como núcleo central do movimento por iniciativa do grupo de republicanos paulistas, buscava de forma hiper-realista uma adaptação do Brasil formal ao Brasil real. É importante mensurar promessas para melhor ponderar a escala de decepções (LESSA, 2019, p. 23).

A partir dessa visão, a ideia de República não prometeu nada, foi um projeto de poucos e, portanto, não teve nenhum encantamento, o desencanto que tantos historiadores se propõem a criticar é para Lessa (2019) algo esperado, já que essa República não prometeu abundantes transformações. Essa visão ganha bastante significado quando consideramos que a história cria novas formas de compreender um fato, o autor, nesse caso, revela outra leitura sobre a crítica à República, em que até mesmo a crítica pode ser revista.

Com base nessa breve passagem pelos principais historiadores que estudaram a República, nota-se uma onda de novos pesquisadores que ampliaram escritas sobre a Proclamação da República, considerando uma variedade de elementos para análise e interpretação. Essas novas possibilidades promovem um conjunto amplo de leituras sobre os acontecimentos.

Tal prática é cada vez mais comum. Utiliza-se de leituras sobre aspecto econômico, os diferentes sujeitos sociais da época e sua relação com acontecimentos, os embates políticos, dentro e fora das organizações partidárias, o interior das conjunturas políticas e afins. Com esses pontos lançados, concebidos sobre uma nova realidade, cada vez menos comprometida com o passado e com uma diversidade de olhares sobre os antecessores, promovem-se novas configurações históricas, entre muitas questões a aplicação das possibilidades de pesquisa e consequente melhor compreensão dos fatos.

Todos os diferentes pontos são fundamentais para construção do que se chamou revisionismo histórico. Revisar a historiografia torna-se uma ferramenta necessária para corrigir erros e ampliar as possibilidades historiográficas.

2.3 O revisionismo histórico e sua busca por uma nova história

O revisionismo histórico é compreendido como uma nova perspectiva de enxergar e discutir fatos do passado, observando o que já tem de escrito e buscar uma nova forma de pensar e discutir sobre temas. Essa retratação dos fatos significa um novo olhar sobre a própria história em discussão direta sobre o passado, ou melhor, o tempo.

Revisar a história, portanto, é algo crucial, ao tempo que lança um novo olhar sobre o passado, pensando-se a partir do presente, das correntes historiográficas. Proporciona novos pensamentos e mentalidades que norteiam a sociedade do presente. O processo de revisionismo assume um lugar de olhar para história como novas perspectivas, interpretá-la e reescrevê-la.

Eric Hobsbawm (2013) em *Sobre História*, escreve:

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (HOBSBAWM, 2013, p. 25).

Lançar um olhar sobre o passado é um exercício que compreende uma função social primordial para compreensão da sociedade. Portanto, o exercício de revisar é colocar no campo

de discussão esse passado, a partir das transformações e mudanças sociais, como o objetivo de reescrevê-lo.

Para Vidal-Naquet (1988), o revisionismo histórico pressupõe a elaboração de novas versões a interpretações históricas consagradas. Em muitos casos, serão essas versões, ainda que discutíveis, que concederão novas perspectivas e orientações de ética e da prática histórica. Essa atitude revisionista consiste na reelaboração de evidências históricas e mesmo na falsificação de uma “verdade histórica”, com a pretensão de “privar ideologicamente uma comunidade do que representa sua memória histórica” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 40).

A partir dessa abordagem, existe uma vasta diferença entre revisar e promover mentiras, mesmo que em um mesmo espaço de tempo, assim, é possível distinguir o trabalho legítimo de revisão da historiografia daquele que se presta a falsificá-la.

Vale frisar que pensar o passado é fundamental, o próprio uso do passado não pode ser um fenômeno que importa apenas a historiadores. Todas essas discussões provocam uma necessidade de lançar um olhar sobre fatos consolidados e buscar interpretar e reescrever determinados temas, em que se pensa a partir de novas discussões, como novos conceitos sociológicos, históricos, políticos, filosóficos, econômicos, entre outros.

Com essa discussão se percebe que, mesmo lançando um olhar sobre a história da Proclamação da República, não se percebe ou se encontram menções sobre a atuação do estado da Paraíba nas disfunções do tema, mesmo a história vigente ainda não abarca a importância dos estudos que fogem do eixo São Paulo-Rio de construção da República, portanto, o revisionismo histórico é uma ferramenta que busca dar lugar aos esquecidos e buscar reivindicar suas atuações políticas.

As leituras trazidas no início dessa discussão, como Emília Viotti e Caio Prado, intercalam uma nova visão de interpretação do Brasil, como já enfatizado, uma vez que passaram a considerar contextos múltiplos em suas leituras sobre o Brasil.

No próximo capítulo, aborda-se uma nova leitura sobre a atuação da Província “Parahyba” no desenho da Proclamação da República. Será possível perceber como as ideias republicanas chegaram à província. Observa-se que esse espaço, embora sem clubes republicanos, mantinha atuante a circulação dos ideais republicanos.

3. AS IDEIAS REPUBLICANAS NA PROVÍNCIA “PARAHYBA”

A Proclamação da República data do ano de 1889, embora a construção sobre essa proclamação seja algo que se iniciou bem antes da data em si. De todo modo, passaram-se mais de 130 anos desde a memorável data 15 de novembro de 1889 e, ao longo desses vários anos, os percursos, atos e desfecho foram constantes palcos de disputas e interpretações diversas, fato que, recorrentemente, provoca muitas reflexões entre os historiadores.

Diante das mais diferentes considerações sobre a República de 1889, o campo das ideias é bastante enfatizado, isso acontece devido correntes ideológicas que discutiam o tipo de República que seria pautada no Brasil. Esse campo de disputas foi construído por três grupos em particular: o liberalismo, o jacobinismo e o positivismo. Cada uma dessas visões pautará um modelo de República que divergem entre si, porém, o desejo da República manteve-se maior que qualquer divergência.

Os liberais foi ala vitoriosa com a Constituição de 1891, inspirada na experiência norte-americana. Grande parte deste grupo era composta por cafeicultores vinculados ao Partido Republicano, fundado em Itu (SP) no ano de 1873, além de classes proprietárias do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Este projeto tinha como mote a implantação de uma República federalista, com o sistema bicameral, ou seja, duas Câmaras legislativas. Não almejava uma efetiva participação popular.

Já os positivistas, ala composta principalmente por militares e setores do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, adeptos das ideias de Auguste Comte, não saíram vitoriosos em seus projetos, no entanto, suas ideias de separação de Igreja e Estado e imposição do lema Ordem e Progresso na Bandeira Nacional, foram as vitórias da ala.

A corrente republicana minoritária era tida pelas demais como radical, por isso denominada de “jacobina”, em referência aos revolucionários mais enérgicos da Revolução Francesa.

Nesse sentido, as diferentes ideias passaram por um intenso processo de negociação, em que vigoraram um novo momento dos intelectuais e políticos brasileiros, após o termo República permear o pensamento da sociedade da época, como descreve Maria Tereza Chaves de Mello:

Entre as discussões dos tempos inaugurais do Estado brasileiro e o momento da autonomia do termo República, vieram à cena, entre outros fatos, o Manifesto Republicano, partidos republicanos, jornais republicanos e, o que é de especial relevância, ampliou-se uma nova cultura pela sociedade brasileira letrada, uma cultura democrática e científica, na qual o regime republicano estava inscrito como uma inevitabilidade histórica (MELLO, 2011).

Dessa maneira, o movimento republicano terá uma expansão nacional, em que diferentes pensadores e políticos discutiram e construíram a República, a Província “Parahyba” nesse sentido, contribui, efetivamente, com as discussões, responsáveis por vários pensadores.

Frisa-se as visões do liberalismo na construção e repercussão do republicanismo, uma vez que sua atuação representou as principais ideias na efetivação da República. O liberalismo aqui debatido defendia valores capitalistas como o aproveitamento do tempo para o trabalho e, também, o combate à ociosidade. Outro ponto será o federalismo, pregando a descentralização administrativa e ofertando maior autonomia para as províncias.

É importante a ênfase do modelo republicano de governo. Seu ideário passou por muitas influências e temas que deveriam integrar o campo de debates. Nesse sentido, o processo de efetivação do Partido Republicano foi montado e construído de modo a divulgar e convencer os vários setores da sociedade sobre as dimensões que envolviam o modelo de governo republicano. A liberdade foi um dos temas explorados e discutidos.

Assim, a liberdade foi uma das temáticas exploradas pelo ideário republicano, em duas vertentes: uma antiga e outra moderna. A antiga trata de corresponder à República Grega e Romana, essa mesma que inspirou os jacobinos em relação à Revolução Francesa, defendia a ideia de liberdade do homem público, a liberdade de participação coletiva do governo, liberdade de em praça pública dividir a República.

Já sobre a liberdade moderna as discussões exploravam a ideia da liberdade do homem privado, a liberdade de ir e vir, defesa da propriedade privada, a liberdade de opinião e religiosa, a própria participação política passa a ser por representação sem excluir o direito à participação politicamente. Todo esse ideário foi pensado por Benjamin Constant, o qual argumentava sobre novas relações de trabalho estabelecidas entre os avanços da industrialização e do comércio.

José Murilo de Carvalho, historiador que estuda a criação da República, argumenta:

a oposição entre os dois tipos de liberdade, que é também a oposição entre duas maneiras de conceber a organização política da sociedade, esteve presente também na Revolução Americana de 1776, que optou claramente pela liberdade dos modernos. Os republicanos brasileiros que no final do século passado se viam às voltas com o problema de justificar o novo regime não podiam escapar de tal debate. Os temas do interesse do indivíduo e do grupo, da nação, da cidadania, encarnados na ideia de República, estavam no centro das preocupações dos construtores da República brasileira. Como país exportador de matérias-primas e importador de ideias e instituições, os modelos de República existentes na Europa e na América, especialmente nos Estados Unidos e na França, serviam de referência constante aos brasileiros. (CARVALHO, 1998, p. 18).

Carvalho (1998) entende sobre as dificuldades da implementação deste conjunto de ideias, uma vez que dentro da realidade nacional esses conceitos começavam a percorrer e notava-se a inexistência anterior de um sentimento de comunidade e identidade coletiva.

Contudo, o próprio modelo de República passava a circular nos meios de comunicação e fortalecia as disputas internas. O principal era o modelo norte-americano, pautado na organização do poder. Foi elaborado por Montesquieu em relação à separação dos poderes, além do tema federalista ser o ponto central de discussões e disputas.

Esse aspecto contribuiu para os diferentes campos de disputas que atravessaram a construção República, seu desfecho corresponde em uma mísera participação eleitoral e uma exclusão do envolvimento da população no governo:

Consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico. As propostas alternativas de organização do poder, a do republicanismo radical, a do socialismo e mesmo do positivismo, derrotadas, foram postas de lado (CARVALHO, 1987, pp. 161-2).

Contudo, foram as ideias liberais que circularam a partir do Jornal Gazeta do Sertão na então Província da “Parahyba”, o jornal representou um dos principais meio de circulação de linha republicana no estado, divulgando o ideário republicano, com forte objetivo de manter dentro da sociedade paraibana um amplo espaço para discutir a República. Além do jornal Gazeta do Sertão, o Jornal A Verdade, com circulação na cidade de Areia – PB e o Gazeta da Parahyba, integram os principais meios de circulação de ideias republicanas no estado.

Nesse caso, os jornais representaram um importante instrumento para divulgação das ideias republicanas no Brasil, em todo o país, os números de jornais que seguiam uma vertente

política republicana eram inúmeros. Com isso, foi possível preservar um ideal republicano, seja ele positivista, liberal ou jacobino.

Essa discussão reflete na própria construção simbólica que a mídia desenha na construção da sociedade. Os jornais são instrumentos capazes de construir uma mentalidade sobre determinada ideia.

Nota-se que órgãos da mídia republicana tinham uma forma de atuação em comum, ou seja, sua principal forma de divulgação entre os jornais era um constante informativo de adeptos à defesa da República. As páginas informavam sobre os números de novos integrantes aos clubes republicanos espalhados no país. Além desse informativo, artigos e textos sobre defesa, funcionamento de um modelo republicano de governo integravam a outra forma que cobria as páginas dos jornais. Como esses instrumentos, manteve-se na mentalidade popular o pensamento republicano.

Nesse sentido, o jornal A Gazeta do Sertão foi um dos jornais mais famosos de Campina Grande, Paraíba, fundado por Irineu Ceciliano Pereira Joffily e Francisco Soares Retumba, com o primeiro número circulando na cidade em 1º de agosto de 1888. Os amigos fundadores do jornal tinham uma forte inclinação ao liberalismo, o próprio Irineu foi deputado pelo Partido Liberal.

O jornal teve um importante papel na formação da opinião pública a respeito da República, com a estratégia de divulgar as novas adesões ao Partido Republicano de pessoas no jornal. Com isso, nota-se a principal estratégia dos republicanos de dar visibilidade ao movimento. Circulam, também, no jornal, cartas do partido republicano e textos com críticas à Monarquia e a valorização da República.

Esse cenário demonstra como o jornal e sua circulação pelos espaços públicos da cidade mantinham viva as ideias republicanas e faziam crescer o número de adeptos, construindo uma força contra o regime monárquico. A Província participava, de uma forma ou de outra, das discussões a respeito da República, não estando isenta ao que estava acontecendo no país.

O jornal Gazeta do Sertão não era somente um espaço de defesa da República em âmbito local, era uma força e um espaço de divulgação, com objetivos de manter viva na Província as ideias da República, capaz de construir dentro desse espaço uma força no âmbito das discussões republicanas.

A primeira edição do ano 1889, publicada no dia 4 de janeiro, trazia um apanhado sobre o ano de 1888, pontuando o fim da abolição e, como isso, o fortalecimento dos republicanos e, conseqüentemente, enfraquecimento da Monarquia. Além disso, o jornal via o fim da escravidão como uma forma de modernização do Brasil, pondo fim a uma herança do passado, da qual os republicanos queriam o fim.

Nessa conjuntura, a frente liberal utilizou as páginas do jornal, demonstrando que dentro da discussão republicana o ideário liberal seria a principal forma da afirmação desse modelo de governo.

Diz o jornal em sua edição nº 1 de 4 de janeiro de 1889:

Com effeito, logo nos primeiros mezes do glorioso anno de 1888, de um só traço de penna, foram mudados os destinos da nação brasileira.

Referimo-nos a abolição da escravidão, que veiu inscrever o nome de nossa patria no rol dos paizes civilizados.

Essa abolição foi effectuada de modo brilhante, como jamais paiz alguma fez: o sangue não correa, mas somente lagrimas: não a decretou o governo: mas forçour-o a deeretal-a a nação em peso: entre nós a abolição foi exclusivamente obra do coração e o nosso povo mostrou ao mundo que o tinha bastante grande e vasto para conter lenitivo as dores de uma raça inteira.

[...]

O grito de angustia repercutiu por todos os angulos do paiz e para logo surgin ao horizonte a figura magestosa da republica.

Perante ella prostrou-se a ação como quem se curva diante da força que, nos pode salvar a existencia.

E o partido republicano avolumon-se, avolumou-se mais, avolumou-se ainda, percorrendo a centelha eletrica todo o paiz, desda as plagas do sul até o norte.

Hoje o partido republicano é um facto no Brazil e ja em seus velhos alicerces treme a monarchia dos Braganças. (Gazeta do Sertão, nº 1. de 04 de janeiro de 1889)

O texto em questão fazia um apanhado do ano 1888. Abrindo as páginas do jornal, os leitores passariam a perceber o que representou o fim da escravidão. Isso foi usado como uma força vital para o fortalecimento dos ideais republicanos. O jornal enalteceu o fim da escravidão, mas suas palavras queriam demonstrar que a República era uma necessidade e, portanto, inevitável. Na primeira página, os paraibanos da época receberam a notícia do que seria mais tarde o fim da República.

Julgando pelo ano de 1888, quando o jornal fazia raras menções veladas à República ou não fazia, o texto de 4 de janeiro será o primeiro no jornal a demonstrar a força que República vinha tomando e como é importante criar dentro do espaço paraibano perspectivas republicanas. Essa publicação constituiu um importante significado para dar início à circulação do ideário republicano e mais tarde uma visão crítica da Monarquia e defesa pelo modelo de governo republicano.

Nessa mesma edição, o jornal começa a divulgar como o republicanismo passa a ganhar espaço no Brasil e suas manifestações ganham espaços nas províncias. Cita os quatro polos principais e como já estava o avanço o movimento em: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais:

Revista dos jornaes.

Sob esse titulo está se formando no Brazil uma verdadeira cruzada contra as instituições actuaes: a propaganda está sendo levada a effeito com verdadeira energia e decidida convicção de que acha-se proximo o almejado dia do triumpho da classe popular.

A província de Minas-Geraes já em parte abraçou os novos principios; S. Paulo esta. quasi ganho; o Rio de Janeiro agita-se igualmente com soffreguidão; Pernambuco da mesma forma acompanha o movimento. (Gazeta do Sertão, nº 1. de 04 de janeiro de 1889).

Portanto, nota-se que o objetivo de divulgar a atuação do movimento em outras províncias, como forma de dar visibilidade ao movimento foi, nitidamente, usado no Jornal Gazeta do Sertão, informando, de início, como o movimento estava ganhando espaço.

Nota-se, além das províncias, os mesmos interesses nas discussões da assembleia geral:

Na assembleas geral já se nota varios deputados ostensivamente republicanos: nas assembleas provinciaes são inumeras as adhesões; as camaras municipaes manifesta-se em muitas partes no mesmo sentido: de todos os lados erguem-se clubs republicanos e sucedem-se as conferencias. (Gazeta do Sertão, nº 1. de 04 de janeiro de 1889)

Por fim, essa edição finaliza com a informação de que, a partir desse momento, será divulgado o movimento republicano no país, de modo a informar o que se passa no país sobre essa causa:

Um grande facto si está passando no paiz e cumpre à imprensa acompanhalo de perto.

E o que faremos de hoje por diante, amunciando os acontecimentos em cada provincia, deixando ao publico o cuidado de apreciar os factos e commental-os.

Tão somente chamamos a atenção dos leitores para esta conclusão, a que todos hão de chegar, depois de examinada a situação em geral:

Os republicanos no Brazil procuram vencer, não pelo despotismo das armas, mas prodigiosa da convicção, manifestada pelo voto. (Gazeta do Sertão, nº 1. de 04 de janeiro de 1889).

Portanto, essas primeiras informações descritas nas primeiras publicações do Jornal Gazeta do Sertão do ano de 1889 provocam três reflexões iniciais. Primeiro, uma mudança na maneira como informa o jornal, já que, sem qualquer máscara, passa a divulgar os avanços do movimento republicano. Segundo, busca construir dentro da Paraíba, da época, uma força contra o regime monárquico, construindo na Paraíba, assim como em outras partes do país, um apoio à República. Essa consideração já demonstra que a Província não estava inerte diante dos acontecimentos e já havia uma certa compreensão a respeito do movimento republicano. Em terceiro lugar, esses textos apontam para o início de circulação das ideias repúblicas pelo jornal. Em outras publicações será visto em qual lugar ideológico se situava tais escritos.

Outras características primordiais para compreender o que estava acontecendo no Brasil e de forma particular na Paraíba da época são as mudanças trazidas pela própria abolição da escravidão, o que, naturalmente, será um ponto central para as ideias republicanas ganharem, ainda, mais força. Enquanto essas ideias fervilhavam no país, o fim da escravidão promoveu mudanças nos costumes, como aponta o autor:

a substituição para o trabalho livre, o combate à ociosidade; entre práticas de mandonismo e violência que permanecia. Formava-se uma rede de jornais, na Corte e nas províncias, república pelo país as notícias de outros jornais e dos telégrafos, responsável por uma opinião pública nacional que debatia grandes temas sociais, criticando os excessos e o autoritarismo imperial ou noticiando fatos da capital do Império (QUEIROZ, 2021, p. 62).

Portanto, considerando essas informações, a porta de circulação das ideias republicanas era pelos jornais e chegava na Província por três veículos em particular: Gazeta do Sertão, Jornal A Verdade e Gazeta da Parahyba, este último tardou na divulgação dessas ideias.

Importante salientar que, ao observar o jornal Gazeta do Sertão, percebe-se que pouco escrevem ou não escrevem sobre República no ano de 1888. Essa defesa enfática dos

republicanos data de 1889. Naquele ano a circulação do ideário republicano aparece praticamente em cada edição. Menções ao modelo de governo.

Ademais, algumas considerações devem ser feitas ao abordar a circulação das ideias republicanas. A primeira é o próprio teor crítico da Monarquia, enfatizando a incapacidade de governança por parte do imperador, configurando como parte central o ataque ao modelo monárquico de governo.

Entretanto, frisa-se as menções ao Partido Liberal na circulação do jornal, como forma crucial para entender a linha ideológica pautada por este. Nesse sentido, o Partido Liberal divulgado no jornal aparece como um único meio de construir um modelo de governo incompatível com a Monarquia, daí a necessidade de pôr fim ao regime.

Nº 11 de 15 de março de 1889:

A forma de governo é simplesmente um meio, e não um fim.

Eis ahi: o partido liberal tem o seu idéal politico, e esse idéal constitue o fim que esse partido se propõe realisar, e esse fim é o que caracteriza esse partido. A maioria do partido liberal tem, até hoje, entendido que com a monarchia pode ser conseguido o fim que elle tem em vista: mas isto não impede que os outros entendão, que esse fim só pode ser conseguido por meio da republica. E tanto isso é verdade, que o grande orgão d'esse partido na corte diz que, quando o partido liberal se convencer de que a monarchia é um embaraço à realisação de seu idéal politico, elle procurará eliminisal-a [...]. (Gazeta do Sertão, nº 11. de 15 de março de 1889)

Esse trecho foi escrito pelo paraibano natural da cidade de Pilar, que fez carreira em Pernambuco, Dr. Albino Meira. O escritor foi Deputado Provincial pela Paraíba, em duas legislaturas consecutivas (1878/1879-1880/1881). O político era amigo de Irineu Joffily, fundador do jornal Gazeta do Sertão. Essa relação partidária é primordial para compreender as informações que advêm de Pernambuco para a Província da “Parahyba”.

O lugar político do Dr. Albino Meire no campo republicano é relevante, foi em 25 de abril de 1890, quando assumiu o governo de Pernambuco em substituição a José Simeão de Oliveira, que chegara ao poder em 12 de dezembro de 1889, pouco depois da Proclamação da República. Desta forma, um dos principais responsáveis pela República em Pernambuco

escrevia para o povo paraibano, enfatizando sobre a importância do Partido Liberal e do fim da República.⁶

Contudo, seu texto não revela somente as pretensões do partido. A defesa da liberdade como principal bandeira do movimento do partido republicano é fortemente mobilizado pelo autor. Com isso, a República assume duas formas de garantir a liberdade, civil e política, sendo a Monarquia a repressora desse fato:

Por conseguinte, si quizermos ter um povo moralizado, altivo, amante da liberdade propria e respeitador da alheia, dedicado a sua patria, é preciso, primeiro que tudo, que lhe demos leis e instituições sociaes que, por sua natureza, sejam apropriadas para esse fim. isto é, a despertarem esses sentimentos nobres, essas virtudes civicas.

E' isso o que nós, os republicanos, procuramos. (Gazeta do Sertão, nº 11. de 15 de março de 1889)

O teor do texto enaltece que a República será a garantia de um novo modelo de sociedade, de uma nova compreensão social do Brasil, modificando suas diferentes situações, leis e formas de governabilidade, de modo que só a República pode construir um ideal de sociedade pautado nestes termos.

Considerando os três jornais e especificamente o jornal Gazeta do Sertão, a província paraibana não estava à parte do que estava acontecendo no país. A Província, a partir de intelectuais e políticos, manteve um espaço de discussões nesse âmbito e tinha pretensões de construir cada vez mais um número de representantes na República. A circulação dessas ideias foi, consideravelmente, necessária para manter uma força do Partido Republicano no estado, isso pode ser observado em outros estados.

O jornal como porta de entrada para ideias foi um instrumento de grande importância, uma vez que esse mecanismo é capaz de construir na mentalidade da sociedade uma nova perspectiva de pensar, politicamente.

⁶ Informação coletada na página de curiosidades do CCJ-UFPE, a matéria leva o título: Dr. Albino Meira - Professor, advogado, jornalista, orador e político. Disponível em: https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/dr-albino-meira-professor-advogado-jornalista-orador-e-politico/590249.

Conforme aponta o texto da matéria: “Além de professor, atuava como advogado, jornalista, orador e político; escreveu nos jornais: O Comércio, A Gazeta, A Tribuna Liberal e em vários outros periódicos da época, não teve, porém, a preocupação de reunir em livros a sua produção.”

Com base nessa compreensão de circulação de ideias, o capítulo seguinte irá explicar como essa circulação de ideias está atrelada ao conjunto de intelectuais republicanos presentes na Paraíba, como também, a recepção que os paraibanos terão perante o contato com tais ideias.

4. RECEPÇÃO E REPERCUSSÃO: A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NA PARAÍBA

A República, como já visto, foi um longo processo, em que ideias e sujeitos diversos atuaram. Sua implementação não foi fácil e harmônica, mas contou com uma grande quantidade de forças que ajudaram para consolidá-la. Essa construção de forças não foi repentinamente, contou com anos de muito trabalho e grupos ativos na busca pela República.

Nesse sentido, os sujeitos, espaços e organizações passaram a ser analisados na historiografia, como já enfatizado, representa uma nova forma de compreender os fatos envolvendo a Proclamação da República, cabe nesse caso, ampliar ou provocar pesquisas no âmbito historiográfico que resgate os diferentes sujeitos que possam aparecer na construção do regime de governo. Esse novo olhar historiográfico, busca superar os estudos centrados em estados que demonstraram maior destaque político durante a consolidação da República (São Paulo e Rio de Janeiro).

Essa necessidade de estudar outros Estados durante a transição e composição do novo Regime foi apontado, de forma pioneira, por Marieta de Moraes Ferreira (1989). A autora faz uma crítica às produções historiográficas sobre a temática, questionando a problemática interna dessas localidades, temática ignorada pela historiografia. Segundo Marieta Moraes (1989), a dinâmica política desses Estados foi interpretada a partir de modelos de análise oriundos de Estados dominantes. Tal assertiva fez com que a autora direcionasse sua análise para a província do Rio de Janeiro, a fim de aprofundar a investigação sobre os conflitos pelo poder e as diferentes propostas políticas naquela localidade a partir de 1889:

Contudo, o comportamento dos estados que se situaram à margem do eixo de poder dominante na República Velha é ainda pouco conhecido. Desempenhando um papel de menor relevância na definição das linhas gerais do funcionamento da política nacional, esses estados tiveram sua problemática interna ignorada ou interpretada a partir de inferências oriundas dos modelos construídos para a análise dos estados dominantes, o que dificulta a recuperação de sua dinâmica própria. Embora as grandes decisões fossem tomadas nos núcleos econômica e politicamente dominantes, é importante detectar em que medida as propostas ditadas pelos interesses da política nacional foram absorvidas ou tornaram-se objeto de resistência ou contestação. (FERREIRA, 1989, p. 12).

Sendo assim, a autora argumenta sobre a necessidade de ampliar os estudos sobre atuação das províncias no desenho de República construída no Brasil, defende que esses

espaços tiveram grandes contribuições para o andamento e consolidação da República. Nesse sentido, as diferentes províncias, também, foram impactadas pelos projetos de Repúblicas, mesmo que tenha sido um projeto de cunho nacional, o republicanismo⁷ foi sentido em grupos políticos locais, com suas divergências e interesses particulares.

Entre os tradicionalistas, estavam os membros da elite imperial no comando político e social do Regime, baluartes das instituições monárquicas e da tradição que a legitimava o tripé liberalismo estamental, catolicismo hierárquico, indianismo romântico. Já os reformistas eram letrados marginalizados pelas instituições políticas do Segundo Reinado, os quais construíram seus repertórios político-intelectual no pensamento europeu, arma que usaram para criticar o Estado de coisas que bloqueava seus projetos e demandas. Inspirados na “política científica” francesa e em teses sobre a desagregação do império Português, construíram interpretações do Brasil, focalizando as tópicas do progresso e da decadência. Entre as ideias estavam uma sociedade numa escala de desenvolvimento econômico; complexidade social; secularização; expansão da participação política, em relação à qual o Brasil estaria atrasado. Além disso, a ex-colônia, o país, herdou fundamentos socioeconômicos e instituições políticas contaminados pelos germes da decadência portuguesa (ALONSO, 2016).

Destaca-se, mais uma vez que, as pesquisas sobre a República no Brasil sofreram ao longo de muitos anos problemas relacionados à falta de pluralidade nos trabalhos, durante muito tempo o ideal positivista permeou os trabalhos dessa natureza, mesmo com grande quantidade de obras sobre história e política na historiografia. No entanto, a partir dos anos 80, surgiram pesquisas inovadoras, utilizando novos pressupostos teóricos, novas abordagens, contribuindo para um novo horizonte dos estudos dessa temática, nota-se, dessa forma, que esses trabalhos estiveram concentrados, cronologicamente, no estudo das três primeiras décadas do século XX. Contudo, o caso da história política do início da República, em que pese um revigoramento que busca integrá-la aos avanços da história social e da cultura, ainda, há muito o que fazer (BUENO, 1999).

Essa ausência de pesquisa ou uma pequena quantidade com forte influência positivista, limitou o campo de abordagem dos diferentes assuntos relacionados com a República e seu

⁷ O conceito republicanismo é cunhado por SELLERS (1994), como: “O republicanismo é a ideologia segundo a qual uma nação é governada como uma República, na qual o chefe de Estado é escolhido através do voto ou do congresso (como em Repúblicas parlamentares) para assumir a função por um determinado tempo, diferente da monarquia, na qual o indivíduo fica até o fim da vida ou sua abdicação”. Ou seja, ao usar o conceito de republicanismo na experiência brasileira, trata-se de atribuir a construção de um movimento que defendia: um governo republicano, escolhido pelo voto, que assumiria a função de governar por um tempo.

período de construção e transição, e, mesmo com avanços em diferentes espaços do Brasil, tanto em uma historiografia nacional como em pesquisa de cunho local em diferentes Estados, a Paraíba continuou com projetos e suas pesquisas arcaicos. Mesmo com tantos avanços nas pesquisas do período tão conturbado com diferentes ideias e diferentes pensadores que foi a República, a Paraíba permaneceu estática, sem a devida reivindicação de sua importância da construção da República.

Cabe frisar que, o movimento teve um processo de aceitação gradual, muitos os políticos e intelectuais foram aderindo às ideias da República de forma lenta, pois havia uma heterogeneidade de pensamentos, como aponta a pesquisadora Karulliny Silverol Siqueira;

Sabe-se que a crise política envolveu liberais radicais na década de 1860, o que posteriormente culminou no Manifesto Republicano, em 1870. No entanto, é possível afirmar que, naquele momento, a aceitação do republicanismo não foi homogênea em todo o Império. A adesão das províncias ocorreu de forma gradual e paralela à dinâmica política regional. Foi no Rio de Janeiro, em 1870, que o movimento republicano teve seu ponto de partida com os criadores do primeiro clube. Entre os nomes que compunham a formação inicial do grupo, estavam Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Limpo de Abreu e Francisco Rangel Pestana (SIQUEIRA, 2019).

Diante disso, cabe ressaltar como esse longo processo, de diferentes ideias e personagens desenvolveu-se na província Paraíba, foi caracterizado pela literatura mais tradicional que afirma que a Paraíba ficou apática ao processo em curso, em que não teve conhecimento do fim da monarquia e implantação da República. Esta noção advém da ideia que a Paraíba não participou, ativamente, do movimento republicano e nem teve, no interior da província um clube republicano, um partido ou um jornal.

No entanto, essa mesma literatura tradicional discute as imagens de diferentes figuras construídas sobre os ideais de República. Gurjão (1999), aborda que a primeira República favoreceu o desenvolvimento do mandonismo local exercido pela elite agrária que fortaleceu sua dominação e seu poder com o título de “Coronel”, expressando poder de mando, de guarda, de força política e econômica, de dominação da terra, de quem dela sobrevive e vive. Fortalece, portanto, a ideia que figuras locais foram beneficiadas, diretamente, pela proclamação da República e que o Estado não estava apático, todavia que interesses pessoais foram preservados. Não obstante, os intelectuais irão aparecer como construtores das diferentes ideias republicanas.

Celso Mariz (1980), um dos principais pesquisadores da República na Paraíba, lista em sua obra; *Apanhados Históricos da Paraíba*, a participação de várias personalidades

paraibanas presentes nos diferentes clubes republicanos, personalidades importantes do partido liberal e fundadores de pelo menos dois jornais de divulgação republicana na Paraíba. Nesse sentido muitas figuras da nossa intelectualidade vivenciavam a necessidade da mudança do regime, e a maioria dessas destacadas personalidades fazia parte do Partido Liberal, o oponente natural dos monarquistas.

Dessa forma, deseja-se indagar sobre a experiência da província na construção da República, demonstrado como a Província atuou no meio da consolidação do evento, enfatizando que houve um espaço de discussão, circulação de ideias e repercussão sobre República nesse espaço, de modo a construir na política nacional uma contribuição para situação em que vivia o país.

Para compreender essa questão, será importante considerar, pelo menos, três exemplos em que o republicanismo esteve presente e, portanto, foi decisivo para o aparecimento dessa experiência na província. O primeiro será a imprensa da época, diferentes jornais serão usados para divulgar as ideias e convencer a população sobre o projeto de República, destaca-se: o jornal *A Verdade*; *Gazeta da Parahyba* e *Gazeta do Sertão*. O segundo ponto refere-se aos intelectuais e políticos que estiveram, diretamente, nos partidos ou através da imprensa na construção, implementação e consolidação da República. Destacam-se alguns nomes como: Maciel Pinheiro, Albino Meira, Aristides Lobo e Coelho Lisboa atuantes no movimento. Na imprensa se sobressai: Antônio Borges da Fonseca, Eugênio Toscano de Brito, Irineu Joffily, Artur Achilles dos Santos, Geminiano Franca, Cordeiro Júnior, Rodolfo Galvão. Na política destaca-se o deputado representante da Paraíba: Cardoso Vieira. Alguns desses nomes serão analisados a seguir. Como terceiro exemplo da experiência republicana na Paraíba, são algumas curiosidades e acontecimentos que colocam a província como ponto de atenção direta com os acontecimentos envolvendo a República.

Ao analisar essa conjuntura, critica-se a historiografia tradicional sobre a Paraíba, em que a maioria dos autores registra o total desconhecimento do movimento. Edgard Carone, escreve: *“As notícias sobre a proclamação da República chegam à Paraíba num clima de total indiferença, pois não existe no Estado nenhum movimento republicano.”* Horácio de Almeida confirma: *“A República chegou à Paraíba sem ter quem a recebesse”*.

Com isso, será através desses exemplos apontados que serão buscadas a seguir, respostas sobre como essa atuação de sujeitos fizeram da província um espaço de circulação,

recepção e repercussão das ideias republicanas. Assim, tenta-se perceber a real repercussão da ideia de República na Paraíba.

4.1 A repercussão da República no Jornal Gazeta do Sertão

O Jornal *Gazeta do Sertão* foi criado por Eugênio Toscano de Brito e Irineu Joffily, já lembrado no texto. O jornal possuía um teor político com uma vertente republicana. As matérias e artigos divulgados no jornal seguiam todos uma visão de defesa direta das ideias republicanas, como espaço não somente divulgador, mas capaz de influenciar os leitores perante a ideologia defendida.

Ao analisar a trajetória do Jornal, percebe-se que em seu primeiro ano de criação, 1888, os textos publicados não tomavam, publicamente, a defesa da República. Nessas primeiras publicações, os textos mantinham uma certa parcialidade, embora termos como liberdade já fossem usados, recorrentemente, apontando para inclinação republicana do jornal.

Nota-se nesse sentido que, só após 1889, o jornal passa a publicar sobre a República, divulgando e provocando os leitores a abolir a Monarquia, como fortes críticas ao governo monárquico e grande valorização de que seria um governo republicano.

Nas formas de atuação que serão percebidas no Jornal, aponta-se o teor crítico que os textos faziam em referência à Monarquia. No jornal de Nº 11, publicado em 15 de março de 1889, assinado por: Dr. Albino Meira, diz:

A forma de governo é simplesmente um meio, e não um fim.

Eis ahi: o partido liberal tem o seu idéal politico, e esse idéal constitue o fim que esse partido se propõe realisar, e esse fim é o que caracteriza esse partido. A maioria do partido liberal tem, até hoje, entendido que com a monarchia pode ser conseguido o fim que elle tem em vista: mas isto não impede que os outros entendão, que esse fim só pode ser conseguido por meio da republica. E tanto isso é verdade, que o grande orgão d'esse partido na corte diz que, quando o partido liberal se convencer de que a monarchia é um embaraço à realisação de seu idéal politico [...]. (Gazeta do Sertão, nº 11. De 11 de março de 1889).

Com base nesse pequeno fragmento do jornal, o texto traz de forma bem enfática uma crítica contra o governo monárquico, mas o que está sendo discutido é a atuação do partido

liberal nas discussões em voga do ideal republicano, isso demonstra que mesmo que todos eles estivessem convictos que a República deveria acontecer, suas pautas particulares entraram no campo de disputas, o Partido Liberal tinha no *Jornal Gazeta do Sertão*, um forte apoio.

Portanto, nesses fragmentos duas considerações devem ser feitas para compreender a experiência República na província: a primeira refere-se às críticas, abertamente, contra o modelo político monárquico. Em segundo, o campo de disputas de ideias, como dentro desse espaço, também, estavam circulando visões de República.

No mesmo texto desse jornal, Meire conclui seu texto:

Por conseguinte, si quizermos ter um povo moralizado, altivo, amante da liberdade propria e respeitador da alheia, dedicado a sua patria, é preciso, primeiro que tudo, que lhe demos leis e instituições sociaes que, por sua natureza, sejam apropriadas para esse fim, isto é, a despertarem esses sentimentos nobres, essas virtudes civicas. E isso o que nós, os republicanos, procuramos. (Gazeta do Sertão, nº 11. De 11 de março de 1889).

Procurava-se nesse sentido, defender um projeto de partido que convencesse os leitores dos benefícios trazidos para sociedade caso fosse implantado um governo republicano. Representaria a modernidade, moralizado e enfatizaria a ideia de liberdade atrelada ao governo republicano, com nova instituições sociais, defendido, enfaticamente, a defesa da nação.

Outro ponto importante a considerar sobre o papel do jornal na província da Paraíba são os espaços destinados para eleitores, homens da sociedade que escrevem no jornal. Esse espaço de fala nos jornais demonstra como a repercussão defendida pelo jornal passava a influenciar e impactar sujeitos sociais, assim, as informações circuladas já atingiam grupos sociais na província, como pode-se perceber nos fragmentos a seguir:

As usurpações tem tambem sua hora solemne: é aquella em que chega o momento da expiação. Usurpar é um crime e, muito embora pareça o tempo tudo lançar no olvido, o crime tem de ser punido um dia e a punição não falha nunca.

A monarchia usurpou, em nossa patria estremecida, o throno da liberdade, que, unica, fora fadada para presidir aos destinos do povo americano.

A prova esta tirada: a planta exotica não creou raizes; eil-a que pende lanada ao sol fulgurante da democracia.

Um passo mais e derribemol-a: é o castigo dos usurpadores.

Conscios de semelhante verdade, as dherindo ao grande movimento que se tem procurado despertar entre nós, os abaixo assignados declaram-se francamente republicanos.

Alagoa-Nova, 4 de Fevereiro de 1889.

Graciliano da Costa Barucahy (eleitor)

Jorenlino Telesphoro de Assumpção (eleitor). (Gazeta do Sertão, nº 11. De 15 de março de 1889).

Sendo assim, o Jornal assumia um lado, a República, cujo objetivo seria convencer os leitores a apoiar a República, utilizando narrativas de consenso perante um novo regime de governo, ao mesmo tempo em que demonstrava um amplo sentimento de pertencimento ao republicanismo, como se o país já estivesse aderido ao modelo.

Com base nos fragmentos trazidos a partir do *Jornal Gazeta do Sertão*, torna-se perceptível um teor republicano nos escritos do jornal paraibano, na província uma circulação de ideias e repercussões do que era divulgado pelo jornal (como os textos dos eleitores Graciliano e Jorenlino trazidos anteriormente). Apesar das referências serem poucas pode-se criticar a visão reducionista de que a província estava isenta e à parte do que estava acontecendo no Sudeste do país, o jornal mostra uma rede de contato entre os republicanos espalhados pelo país. Portanto, na província não somente conhecia as ideias de uma experiência republicana, como houve influência em alguns paraibanos sobre esse ideal, além de uma certa circulação de ideias republicanas e uma parcela pequena de adesões ao ideário.

Algumas dessas adesões foram registradas em publicações no Jornal, que podem ser encontradas em extratos de notícias ou notas de outras fontes, com a Gazetilha, esses textos são influenciados por leitores, tanto com interesse na notícia ou quando enviavam o extrato de outros jornais para redação do Jornal Gazeta do Sertão (QUEIROZ, 2021).

Em publicação de 05 de abril de 1889, nº 14, um leitor escreve:

Noticia o 'jornal o povo', de Taubaté, constar-lhe que o collegio de S. Vicente de Paulo (para meninas) as alumnas dividem-se em dous partidos: republicano e monarchico.

Fazem discursos, eleições, e no fim da festa a causa republicana é sempre victoriosa.

Depois disso, bem pôde o sr. Silva Jardim recolher-se ao silencio. Si até as meninas já discursam sobre a bicha! (Gazeta do Sertão, nº 14. De 05 de abril de 1889).

Nesse sentido, o jornal abria espaço para manifestações de população com objetivos de trazer o campo de discussão temas relacionados à Monarquia e República, nessa citação em específico, como uma forma de depreciação monárquica. Em outra publicação do jornal em 14 de abril de 1889, nº 14, traziam dados acerca do orçamento republicano dos Estado Unidos, um orçamento alto e que terminava o ano com superávits, com objetivo de pontuar como o modelo republicano teria bons resultados orçamentários.

Em uma publicação de 26 de julho de 1889, espaço, também, foi dado para os adeptos do partido liberal, os que migraram do partido conservador e passavam a integrar o principal expoente da República na província:

Assinado por Antonio Joaquim de Souza, em publicação datada de 26 de julho de 1889, nº 31, escreve:

Ao generoso partido liberal venho pedir um lugar de simples soldado em suas fileiras.

Pertenci por algum tempo ao partido conservador, mas tenho motivos para não mais acompanhá-lo.

Offereço os meus serviços ao digno chefe do partido liberal de Campina Grande, Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily.

Serra do Pontes, 14 de Julho de 1889. (Gazeta do Sertão, nº 31. De 26 de julho de 1889).

No mesmo Jornal, Francisco da Silva Coelho declara-se filiado ao partido liberal:

Pelo presente venho declarar que inserevo-me, de hoje por diante, nas fileiras do partido liberal, de que é chefe em Campina Grande o Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily.

Fui conservador, aprendi a conhecer de perto os homens desse partido; afasto-me, pois, deles, por motivos justos que só á minha consciência é dado apreciar.

Ao partido liberal ofereço, portanto, os meus serviços.

Serra de Pontes, 14 de julho de 1889. (Gazeta do Sertão, nº 31. De 26 de julho de 1889).

As declarações de filiados ao Partido Liberal e seguidores assíduos de Irineu Joffily, como a declaração de Antonio Gomes de Almeida: “*declara-se francamente liberal o prompto a receber as ordens políticas do Dr. Irineo Jooffily á quem é agradecido por favores recebidos. Agua Doce do terno de Alagoa Grande, 18 de Junho de 1889.*”

Sendo assim, declarações e depoimentos dos leitores serão reproduzidos no jornal para mostrar adesões ao ideário republicano representado pelo Partido Liberal. Importante frisar que embora houvesse uma recepção por parte da população paraibana perante o ideário, os registros limitam-se ao grupo muito pequeno de leitores que foram de fato impactados pela corrente republicana.

4.2 Presença de intelectuais e políticos paraibanos no ideário republicano

Ao considerar o papel da imprensa nesse processo de entender a experiência republicana, faz-se necessário entender quem eram os sujeitos responsáveis por trazer essas ideias. Muitos deles eram jornalistas, uma vez que parte importante do processo de construção da República são os sujeitos que pensaram e, posteriormente, consolidaram. É, fortemente, lembrado os nomes que estiveram, diretamente, ligados ao processo de proclamação. Além de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os primeiros presidentes da República, outros homens aparecem em grande destaque, como a atuação dos militares Benjamin Constant, considerado o ideólogo e principal articulador do movimento; major Francisco Solon Sampaio Ribeiro, Floriano Peixoto, general José de Almeida Barreto (paraibano de Sousa). Entre os civis, destacaram-se: Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Francisco Glicério, Maciel Pinheiro, Silva Jardim, Coelho Lisboa, Aristides Lobo, Manoel Marques da Silva Acauã, estes cinco últimos eram paraibanos.

Nessa conjuntura, a quantidade de ideólogos da República paraibana chama bastante atenção, o que, naturalmente, já coloca a província como um ponto de consideração, uma vez que vinham dessas terras os principais nomes da futura República.

Maciel Pinheiro é o grande nome do movimento republicano no Recife. Paraibano nascido em João Pessoa. Seu nome hoje é lembrado em ruas de cidades como João Pessoa e

Campina Grande. O Jornal *A união* lembra Maciel Pinheiro como um sonhador da República, defendia uma reforma social para o Brasil.

No plano político nacional, destaca-se Aristides da Silveira, natural de Mamanguape, que teve uma atuação parlamentar pelo Partido Liberal de grande referência, entregando o grupo pioneiro de políticos que se declararam republicanos. Escreveu no jornal *A República*, autor do Manifesto Republicano, defendia o fim do regime monárquico, contribuindo, fortemente, a propaganda republicana pelo Brasil, responsável, portanto, pela elaboração e construção de diversos grupos espalhados pelo Brasil.

O nome de Aristides Lobo representa um dos símbolos da República, como aponta a biografia organizada por Surama Conde Sá Pinto:

Ao lado de Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Rui Barbosa, Botelho de Magalhães e do major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, foi um dos articuladores dos preparativos que antecederam a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, pelo marechal Deodoro da Fonseca. Instalado então o governo provisório chefiado por Deodoro, foi convocado, como outros republicanos de primeira hora, a compor o ministério, sendo nomeado secretário de Estado dos Negócios do Interior. Três dias depois, em carta publicada no Diário Popular de São Paulo, estampou sua admiração em relação à percepção da população quanto à mudança de regime, tornando conhecida a frase: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.” Em 10 de fevereiro de 1890, porém, devido a discordâncias com Deodoro, deixou o ministério, sendo substituído por Cesário Alvim. (PINTO, 2014).

Outro nome da política é o de Cardoso Vieira, eleito Deputado Geral pelo Partido Liberal, em 1878, que protagonizou ao lado de Joaquim Nabuco, a luta pelo abolicionismo. Em um de seus discursos, afirmou:

Nas sociedades em que a instituição da escravidão perdura por certo tempo, ela planta no coração daqueles que se servem dela um instinto, a que eu já me referi e que chamei de escravagista; a necessidade de ter escravos, o vício de não poderem servir-se senão com eles, essa repugnância invencível pela liberdade, que é um dos males que acometem aqueles que se utilizam por muito tempo da escravidão” (ROCHA: 2009, p. 86 *Apud* MARTINS: 1979, p. 281).

Cardoso Vieira tinha um sonho republicano e foi um grande agitador da causa republicana. Junto a políticos havia os jornalistas, como já citados nesse trabalho: Eugênio Toscano de Brito e Irineu Joffily. Em 1888, fundaram *A GAZETA DA PARAÍBA* e *GAZETA*

DO SERTÃO, órgãos em que o movimento republicano encontrou guarida. O historiador Celso Mariz (1980) destaca a atuação de Irineu Joffily:

Naquele mesmo ano, Joffily, antecedendo um dos pontos do programa com que em julho de 1889 subiria o Gabinete Ouro Preto, requereu, como deputado, à Assembleia, que considerasse urgente, perante o Parlamento Nacional, a Federação das províncias.” (MARIZ, 1980, p. 177).

Celso Mariz (1980) destacou diversos paraibanos envolvidos no movimento republicano:

João Coelho Gonçalves Lisboa, meetingava no sul; João Batista de Sá Andrade, estudante na Bahia, era ferido nas festas republicanas a Silva Jardim; Francisco Alves de Lima Filho, apesar de amigo aqui dos conservadores, decidiu-se pela causa nova, filiou-se ao grêmio do Rio de Janeiro e fez propaganda pelo norte até o Pará. Depois das conferências de Albino, alguns estudantes do Liceu, Antônio Lira, Eulálio de Aragão e Melo, Firmino Vidal, João dos Santos Coelho, Miguel Machado, Manuel Lordão fundaram um clube, centralizando os adeptos da classe. (MARIZ, 1980, P. 178).

Ao reunir esse conjunto de intelectuais e políticos que vieram da Paraíba e atuaram nos grades centros políticos do país, como também os que estiveram em todo o território da província, contribuí para entender como a atuação dos paraibanos teve um peso para consolidação dos movimentos, como já afirmado, a quantidade de personalidades no desenrolar República construiu uma organização e um centro de circulação de informações e ideias, o que mais uma vez, coartaria a visão de uma província ausente da Proclamação da República.

Importante ainda, enfatizar uma continuidade na pesquisa que relacionar esses nomes a Proclamação da República, buscando não somente conectar esses nomes ao movimento, mas suas efetivas influências, antes, durante e após o 15 de novembro.

4.3 Algumas repercussões republicanas na Paraíba

Ao considerar a imprensa como ponto de partida para compreender o advento da proclamação da República, aliado com grupo de políticos e intelectuais que tinham a mesma defesa, esta constrói um conjunto de informações que coloca a Paraíba como palco das disputas em torno da República.

Os fatos, nesse sentido, são ainda maiores quando colocamos dois importantes eventos que envolvem a história da Paraíba e a República, ou seja, acontecimentos que contribuem para

imaginarmos como alguns setores da província vivenciaram essa experiência. O primeiro refere-se à presença do Conde d'Eu na província. Já o segundo está relacionado ao comando dos militares minutos antes da proclamação.

Celso Mariz (1980), conta que em 20 de junho de 1889, quando já se notava a monarquia enfraquecida, o Conde d'Eu, genro de Pedro II, em viagem de propaganda em favor do regime monárquico passou pela Paraíba. Sobre a visita destaca Mariz:

Quando por aqui passou o Conde d'EU (20-6-1889) naquela viagem de propaganda monárquica que Silva Jardim pouco depois desfazia, Abiaí disse um tanto ingenuamente ao genro de Pedro II: “Quando mesmo a República domine em toda parte, a Paraíba estará firme ao lado do trono. Realmente naquela época não éramos em nosso território e em nossos elementos locais um foco de propaganda de ideias, como S. Paulo, Rio ou Pernambuco. Mas também, à margem das nossas antigas tradições, não éramos já dentro da base nova que abrirá, um neófito qualquer do grande pensamento. Tivéramos o nosso sonho em 1817; novo sopro nos abalará em 1824 e não é que ele desaparecera ainda em 1832 quando se estabeleceu a “Sociedade Federal” de Henrique Ferreira Rabelo e se imprimiu “O República” de Antonio Borges da Fonseca. Este aqui espalhou sementes até 1858. Não há dúvidas que o fastígio monárquico da maioria à guerra do Paraguai diminuiu o penhor republicano dos brasileiros. Mas, de 1870 em diante as condições não decepcionaram; através da abolição e com as estimas do exército, o movimento democrático propende em todo o país para o regime que afinal se proclamou em 1889. (MARIZ, 1980, p.175).

Sendo assim, o Conde não estaria na Paraíba com o objetivo de divulgar a monarquia, se não fosse um ambiente de total apoio a ela, pelo contrário, o Conde já observa a inclinação republicana demonstrada por muitos paraibanos e o conjunto de circulação dessas informações na Paraíba, principalmente, pelos grades nomes que já trabalhavam pelo fim do regime monárquico fora da Paraíba, eram paraibanos.

Destaca-se, também, a atuação do General José de Almeida Barreto, conforme registra Celso Mariz (1980):

Na hora da proclamação, um soldado paraibano foi elemento decisivo, o brigadeiro Almeida Barreto. Se a 15 de novembro esse general obedecesse com seus 1096 soldados à ordem do Ministério contra Deodoro, talvez se não mudara o regime naquele dia. Mas, ao ouvir do presidente do Conselho que cumprisse o general o seu dever, “respondeu com singular expressão” disse o próprio Ouro Preto: “Seguramente, hei de cumprir o meu dever”. E cumpriu passando às ordens do fundador que vivava a República na praça, aos ouvidos do gabinete deposto (MARIZ, 1980, P. 178).

Com base nisso, as repercussões acerca da República estão presentes em diferentes espaços do debate político, como já trazido a partir dos textos publicados pelos populares, no Jornal *Gazeta do Sertão*, as influências do ideário passavam a ser percebidas no debate político, conseqüentemente, eles foram os responsáveis por manter vivo um espaço de discussão sobre os rumos do país.

O episódio de Almeida Barreto enaltece como alguns paraibanos estiveram presentes e atuaram para implantação da República. Ao reunir esses dois exemplos de acontecimentos, ajuda os argumentos que a Paraíba NÃO estava excluída do movimento republicano. Muito pelo contrário, percebe-se que paraibanos dentro e fora da província protagonizaram importantes conquistas para Proclamação da República.

Com base nisso, importante ressaltar que a pesquisa realizada não encontrou elementos suficientes para explicar uma *ampla* atuação do movimento republicano na Paraíba. Porém, ao mesmo tempo, a pesquisa identifica que existe a necessidade de um aprofundamento desses estudos a fim de continuar buscando chegar à novas conclusões sobre a relação República e Paraíba. Sendo assim, os fatos trazidos como acontecimentos curiosos da Paraíba na Proclamação, ajudam a compreender que alguns paraibanos, já mencionados, estiveram no centro dos acontecimentos e se vincularam ao movimento republicano, apenas não recebendo o destaque merecido pela historiografia tradicional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Proclamação da República, ainda, é uma temática que apresenta muitas descobertas, um campo aberto para novas pesquisas e novas discussões, mesmo que a historiografia tenha ampliado cada vez mais discussões e leituras inovadoras sobre ele. Nasceram novas interpretações, novas correntes, teorias e, conseqüentemente, novas influências e impactos. Dessa maneira, a historiografia continua por possibilitar leituras cada vez mais reais sobre acontecimentos que mantêm muitas divergências.

Influenciados por autores que buscam dar espaços a outras interpretações a respeito da Proclamação da República, esse trabalho olhou para a Província Parahyba como uma alternativa de repensar a história desse espaço, repensar como os temas envolvendo a República o representam. Esse exercício de pesquisa emerge como uma resposta para com uma historiografia quase que consolidada que coloca a Província Parahyba como um espaço à parte dos debates, ideários e movimento dos republicanos, visão que necessita ser revista.

Dessa maneira, foi possível perceber que o movimento republicano teve presença na Província sim; atuações na imprensa da época, entre intelectuais e políticos, dentro da Parahyba ou que atuaram fora, além de momentos registrados como pontos centrais do debate sobre a Proclamação da República. Registra a circulação de ideias a partir dos jornais, como o Jornal Gazeta do Sertão, os discursos de intelectuais e de populares presentes nos jornais, a biografia de paraibanos como divulgadores, influenciadores da República, são exemplos que ajudam a esclarecer que a história da política do Estado deve registrar a participação de paraibanos no cenário republicano.

Sendo assim, ressalva-se que os apontamentos feitos para explicar a atuação da Paraíba na República não são suficientes para explicar um movimento amplo e atuante na construção da Proclamação da República, embora, também, seja equivocado afirmar que a Província estava à parte dos acontecimentos, sem qualquer envolvimento, quando na verdade houve circulação de ideias, repercussões e ações por parte de paraibanos. Sendo assim, a ausência de um clube de republicanos e de uma sociedade amplamente letrada e envolvida com movimentos políticos, dificultou uma concretização dessa atuação. Embora, ainda seja necessário ampliar o debate sobre a República nesse estado, é perceptível que muitos pontos ainda não foram conectados a respeito do tema, futuras pesquisas poderão explicar de forma ampla como a Paraíba vivenciou esse episódio.

Importante dar continuidade aos estudos sobre a atuação da imprensa no debate acerca do ideário republicano, nos jornais que já trazem leituras com essa perspectiva: *Jornal Gazeta da Parahyba*, *Jornal A Verdade* e o *Jornal Gazeta do Sertão*, conectando os três divulgadores, buscando as semelhanças e divergências entre os intelectuais por trás das páginas e os papéis dos populares na recepção dessas notícias.

Nesse mesmo sentido, os intelectuais e políticos trazidos como parte fundamental da construção, mas sobretudo da circulação das ideias, precisam ser investigados e reunidos, de modo a rastrear como, atuantes em diferentes partes do País, conectaram-se com a província e exerceram importante influências, ademais, a reunião de nomes de paraibanos é um claro e importante exemplo do papel da Paraíba no debate acerca do referido tema.

Sendo assim, ainda pode-se encontrar um conjunto de curiosidade que coloca a província, além das já apresentadas no texto, como um espaço que desempenhou um papel importante na construção e consolidação da República, seja antes da proclamação, durante e após os acontecimentos que ligue a Paraíba à República, caracterizando como pontos de investigação que terão grandes contribuições.

Portanto, feitas considerações e reafirmando os pontos discutidos no texto, a então província Parahyba configurou um espaço de atuação no debate acerca de Proclamação da República, havia grupos que detinham certo domínio dos acontecimentos e montaram na província um espaço de circulação dessa visão. Com base na pesquisa, percebe-se que, embora pequeno, houve um grupo responsável por manter a província no campo do debate acerca de República.

Registra-se a atuação de paraibanos fora do estado, em que exerceram funções de grande relevância, assim como, a mentalidade republicana passou a ser vivenciada dentro do espaço paraibano, reunindo políticos e intelectuais que circulavam entre a província e o restante do país.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**, vol. 2, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1978;207.

ALONSO, A. **Ideias em Movimento: A Geração de 1870 na Crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no rio grande do norte (1880-1895)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife p. 303. 1999.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação – percebida de alguns apontamentos acerca de sua Independência**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARONE, Edgard. **A República Velha**, vol. II, Difel, 3ª edição, 1977.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHARTIER, Roger. **Preâmbulo, Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 8ª Ed., 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na velha Província**: oligarquias e crise do estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 12.

GEORGE C. A. Boehrer. **Da monarquia à República**: história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889), pp. 31-40.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LACLERC, Max. **Cartas do Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942.

LACERDA, Paulo Gomes. O que realmente aconteceu na proclamação da República. **Jornal dos Amigos**, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://www.jornaldosamigos.com.br/historia.htm>.

MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2ª edição, 1980.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República e o sonho**. Varia hist. vol.27 no.45 Belo Horizonte Jan./June 2011.

PINTO, S. C. S. **Aristides Lobo**. Rio de Janeiro: FGV, 2014 (Verbetes do Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro).

PRADO JR; Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1949.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **Sonhos de uma liberdade republicana, nas páginas do Jornal Verdade, Areia – PB (1888-1892)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/23494>.

SELLERS, Mortimer N. S. **American Republicanism: Ramon Ideology in the United States Constitution**. New York, New York, USA: New York University Press, 1994, p.71.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Ed. UNESP: 2009.

ROMOND, Rene. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro; FGV, 2003.

SILVA, Daniel Neves. 15 de novembro - Dia da Proclamação da República, **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com/datas-comemorativas/dia-da-proclamacao-da-republica>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. GURJÃO; Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Marta Lúcia Ribeiro de. et al. **A Paraíba Republicana: (1889-1945)**. In: Estrutura de poder na Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 53-96.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1880-1908**. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. 2019.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses**. In.: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA,

Sérgio (Orgs.) E. P. Thompson As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas-SP:
Unicamp, 2001.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papyrus, 1988.